

Monções no rio Madeira: as expedições de Francisco de Melo Palheta (1722) e Manuel Félix de Lima (1742)

Monzones en el río Madeira: las expediciones de Francisco de Melo Palheta (1722) y Manuel Félix de Lima (1742)

Marcela Gomes Fonseca¹

Resumo. A região do rio Madeira foi espaço de frequentes conflitos e disputas na primeira metade do século XVIII, por se tratar de uma zona fronteira entre os domínios castelhanos e portugueses na Amazônia. Neste artigo pretende-se analisar como este espaço é representado nos relatos de duas expedições: a do Sargento-mor luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta em 1722, de caráter oficial, e a do comerciante e minerador português Manuel Félix de Lima em 1742, de caráter particular. E como tais representações—sobretudo a respeito do *espaço* e das *relações* vivenciadas entre indígenas, missionários e monçoeiros neste sertão—contribuíram para a reformulação das políticas portuguesas de ocupação territorial efetiva da região, bem como para a mudança gradual na organização social dos sertões amazônicos no século XVIII.

Palavras-chave. Relações. Fronteiras. Sertões amazônicos. Século XVIII.

Resumen. La región del río Madeira fue un espacio de frecuentes conflictos y disputas en la primera mitad del siglo XVIII, por ser una zona fronteriza entre los dominios español y portugués en la Amazonía. En este artículo pretendo analizar cómo se representa este espacio en los relatos de dos expediciones: la del Sargento Mayor Portugués-Brasileño Francisco de Melo Palheta en 1722, de carácter oficial, y la del comerciante y minero portugués Manuel Félix de Lima, en 1742, de carácter privado. Y cómo tales representaciones—especialmente en lo que respecta al *espacio* y las *relaciones* vividas entre pueblos indígenas, misioneros y monçoeiros en este sertão—contribuyeron a la reformulación de las políticas portuguesas para la efectiva ocupación territorial de la región, así como al cambio paulatino en la organización social de los sertões amazônicos en el siglo XVIII.

Palabras clave. Relaciones. Fronteras. Sertões amazônicos. Siglo XVIII.

Introdução

Em 1742, o comerciante e minerador Manuel Félix de Lima, saído da Capitania portuguesa do Mato Grosso e a caminho do rio Madeira—no momento em que as minas de ouro de Cuiabá começavam a declinar e em busca de outras terras promissoras—se vê diante de um dilema ao chegar nas missões espanholas do complexo Mamoré-Guaporé. Ele é português, capitão de uma expedição formada por luso-brasileiros endividados, indígenas e negros escravizados,

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia—UFPA. Bolsista CNPq. ID Lattes: 1591487249809832. ORCID: 0000-0002-2483-1621. E-mail: mmarcelafonseca@gmail.com.

que precisa se deslocar por uma zona fronteira inflamada pela presença de missionários espanhóis, alemães, húngaros e os temidos índios *Mura*, entre relações de desconfianças, conflitos, colaborações, rios de difícil navegação e escassos mantimentos.

Essa rota hidrográfica, capaz de conectar a capitania do Mato Grosso ao Estado do Grão-Pará, já havia sido identificada vinte anos antes pela expedição do sargento-mor luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta, em 1722, por ordem da Coroa portuguesa com o objetivo de reconhecimento e fiscalização da região, conhecida na época por possuir ainda uma frágil presença lusitana. Após o reconhecimento e temendo o avanço espanhol, a Coroa decide proibir a navegação de estrangeiros no curso do rio Madeira, interditando-o por meio do Alvará régio de 27 de outubro de 1733², ordem que durou duas décadas, sendo desobedecida em 1742 pela expedição de Manuel Félix de Lima, que mostrou na prática a viabilidade da navegação entre os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas.

As duas expedições, ocorridas num intervalo de vinte anos, empreenderam em comum avançar no rio Madeira com o fim de reconhecê-lo e registrar suas potencialidades, mas com objetivos distintos, seja para fins de interesse oficial da Coroa portuguesa, como no caso de Francisco de Melo Palheta em 1722, ou para interesses particulares, como assim empreendeu o explorador Manuel Félix de Lima em 1742. Considerado um obstáculo por sua extensão e suas numerosas cachoeiras e corredeiras que dificultavam a navegação, e pela falta de margens com barrancos sólidos não inundáveis para armar acampamentos, o rio Madeira era visto, por outro lado, como promissor para futuras e possíveis relações comerciais, pois cada vez que se avançava rio acima ou abaixo, as conexões diretas com terras importantes, como Potosí no Vice-reino do Peru, ou o Estado do Grão-Pará, se mostravam mais evidentes e atraentes.

Na análise dos relatos produzidos pelas duas empreitadas, percebemos uma abundância de representações a respeito do *espaço* do rio Madeira, e das *relações* sociais estabelecidas em seu curso. Seguindo este ponto de partida, sugiro a hipótese de que as duas expedições, ao informarem à Coroa sobre suas experiências num sertão promissor—em drogas do sertão, mão de obra indígena, rotas de navegação e relações sobretudo comerciais, mas em perigo pela ameaça castelhana—, contribuíram, cada uma ao seu modo, para a (re)formulação de políticas mais rígidas e organizadas de ocupação efetiva das regiões limítrofes, como no caso do rio Madeira, ao considerar a região inclusive como uma de suas prioridades. Isso se dá porque em 1756, como estratégia de ocupação lusa, é criada a Vila de Borba, a Nova, no lugar da antiga missão de Trocano, perto da foz deste rio, sendo a primeira vila portuguesa a ser criada no interior da Amazônia pela política ilustrada de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

Este artigo pretende, portanto, antes de tocar no assunto da política reformadora que se desenvolveu na Amazônia a partir de 1750, refletir sobre alguns antecedentes que contribuíram para a construção argumentativa desta política ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Neste sentido, considero que as monções—as relações, conflitos e lealdades negociadas (CARVALHO, 2012) entre monçoeiros, indígenas, missionários, portugueses e espanhóis—foram fundamentais para a reformulação das políticas de ocupação portuguesa e para a mudança gradual na organização social dos sertões amazônicos durante o século XVIII.

²AHM, Cota 2/1/1/15. *Alvará proibindo a abertura de picadas e caminhos para as minas da Real Fazenda*, Lisboa, 27 out. 1733.

As monções

Assim como o historiador cearense Capistrano de Abreu, também reconhecemos a região do rio Madeira como sertão. Em seu livro “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, publicado em 1930, após a sua morte, há um capítulo que traz na íntegra um documento chamado *Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mór Francisco de Mello Palheta ao rio da Madeira e suas vertentes [...] desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723*, no qual a região do rio Madeira é chamada de “certão”, e que será neste trabalho analisado. O documento foi garimpado e publicado a princípio por Capistrano em 1884, na *Gazeta Litteraria* do Rio de Janeiro, e estava localizado na Coleção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, após ter sido doado por João Ribeiro Martins, que o copiou do primeiro tomo dos “Papeis Vários da Torre do Tombo” (ABREU, 2004, p. 97).

Capistrano de Abreu, ao longo de sua trajetória, elegeu como objeto de seus estudos historiográficos a colonização e ocupação territorial brasileira a partir dos processos ocorridos no interior do continente, isto é, do *sertão*. Do Ceará ao Rio de Janeiro, contrariou muitas linhas de pensamento que se mantinham ligadas, desde o período do Império, à análise do litoral. O sertão, compreendendo também o semiárido, a floresta amazônica, as minas e mesmo o extremo sul do Brasil, é compreendido como uma região não banhada pelo oceano e que necessitava de mais intervenção por parte da Coroa portuguesa (FORTE, 2011, p. 31). Capistrano dedicou-se de forma expressiva ao garimpo de documentos que tratassem deste espaço até então pouco colocado no centro dos estudos históricos da Colonização. Especialmente durante sua longa temporada no Rio de Janeiro, onde encontrou o documento a respeito da bandeira de Francisco de Mello Palheta ao rio Madeira, que tanto nos interessa para este trabalho.

Longe de analisá-las isoladamente, pretendemos situar as monções ao norte da Colônia, como um capítulo importante de um processo maior que é o de colonização, definição de fronteiras e ocupação territorial portuguesa da região, que convencionamos hoje chamar de Amazônia. Por monções, entende-se o movimento de canoas em comboio que conduziam os viajantes, sobretudo de São Paulo a Cuiabá, a partir da década de 1720 até meados do século XIX (CARVALHO, 2006a). Ao longo dos caminhos abertos pelas monções e pelas missões, surgiram pequenos povoados e aldeamentos, e depois, em meados do século XVIII, foram transformados em vilas pela política reformadora lusa. Neste sentido, as monções, as missões, as aldeias, e depois as vilas, são elementos que possuem grande potencial didático para conduzir análises e narrativas sobre o processo de formação territorial amazônica.

Parte dos historiadores ligados à historiografia da formação territorial no período colonial, como o português Jaime Cortesão, defendem o argumento de que, por trás da política lusa reformadora direcionada às colônias no século XVIII, bem como as “descobertas” dos sertões e de novas atividades econômicas, havia um empreendimento centralizador de Estado, advindo de uma política longamente planejada. Essa é uma linha de pensamento que ressaltamos como importante para nos situarmos, pois indica certa organização na irradiação portuguesa para o oeste, e que vai de encontro à ideia propagada de uma ocupação portuguesa despreocupada e menos preocupada em “construir, planejar ou plantar alicerces” (HOLANDA, 2014).

Os historiadores que lançaram as bases, no século XIX e XX, para a construção desse campo, no diálogo entre a Geografia e a História, muitas vezes conectaram suas análises das monções em grande medida ao discurso da “formação nacional”. Não devemos considerar tal análise de todo inadequada, mas, para este trabalho, preferimos considerar autores cujas pesquisas têm analisado a formação territorial a partir das relações sociais cotidianas e locais, em atenção sobretudo às dinâmicas das populações indígenas frente às políticas não indígenas de expansão territorial (SIQUEIRA, 2011; POMPEU, 2016).

O território, elemento de disputa entre indígenas, missionários, autoridades e particulares nos relatos monçoeiros, é uma categoria que precisa ser pensada de forma interdisciplinar. Para o geógrafo inglês Joe Painter (2006), longe de ser um fundamento estável de autoridade legítima, neste caso da Coroa Portuguesa, o território deve ser entendido como o efeito instável e provisório das práticas cotidianas, exercidas pelos sujeitos envolvidos nos meandros da colonização. De natureza semelhante, o historiador inglês Edward Palmer Thompson reflete que é por meio das experiências, e mesmo os costumes compartilhados, entre os sujeitos, entre a aldeia e a metrópole, o sertão e o povoamento, que o cotidiano é tecido (THOMPSON, 1998). Sobre isso, a produção do efeito que chamamos de “território” é um trabalho cotidiano em andamento, assim como as fronteiras (PAINTER, 2006). Exemplar desse efeito, observamos em “Do Sertão para o Mar”, de (COELHO, 2005), em que se argumenta que as ordens coloniais metropolitanas, na maioria das vezes, eram tecidas a partir das experiências e necessidades locais nos sertões amazônicos. O desdobramento deste pensamento, em nossas análises, pode ser observado a princípio no relato da expedição de Francisco de Mello Palheta, em 1722.

A Bandeira de Francisco de Melo Palheta (1722)

Segundo o *Schema das bandeiras*, publicado em “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Capistrano organizava da seguinte maneira os movimentos de expansão para o interior: *a)* as bandeiras paulistas; *b)* as bandeiras bahianas; *c)* as bandeiras pernambucanas; *d)* as bandeiras maranhenses; e *e)* as bandeiras amazônicas; “que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana” (ABREU, 2004, p. 190).

Após uma introdução anterior à apresentação desse documento, Capistrano ressalta que esta não foi a primeira expedição de Francisco Palheta. Estivera também no rio Tapajós e provavelmente em Cuiabá. Registra também o desejo que se achem outros documentos sobre esta e outras bandeiras de Palheta—para que um dia a biografia do introdutor do Café no Brasil, como ficou conhecido, fosse escrita, e que seu resgate documental servisse para um capítulo desta biografia (ABREU, 2004, p. 194). Seu desejo foi realizado em 1939, com a publicação do livro “O Café: na História, no folclore e nas belas-artes”, de Basílio de Magalhães, a respeito da vida de Francisco de Mello Palheta e dos caminhos antigos pelos quais o café foi transportado do interior para o Rio de Janeiro.

Para Arthur Cezar Ferreira Reis, a expedição ao rio Madeira realizada por Francisco de Melo Palheta seria exemplar de uma “gigantesca irradiação para o oeste” (REIS, 1993, p. 15), “glória” alcançada pelas armas luso-brasileiras, com o objetivo de conhecer, conquistar este rio, fiscalizar o nível de presença espanhola na região, e identificar as causas dos conflitos entre portugueses e espanhóis, por meio da análise feita da povoação castelhana de Santa Cruz de Cajuava, limite último do Madeira com a fronteira espanhola, conforme Araújo (2014, p. 10). Após este breve contexto, sigamos para a análise do relato de expedição.

Em 11 de novembro de 1722, parte a tropa do sargento-mor e cabo Francisco de Mello Palheta da cidade de Belém no Estado do Grão-Pará. Segundo o relato de Capistrano, Palheta, ao se despedir da nobreza da terra ao som de uma salva geral, despede-se também de Nossa Senhora do Carmo, quem a tropa elege como advogada para que, com o seu patrocínio, vencessem “este impossível e um descobrimento de todos tão desejado”. A empreitada ao rio Madeira por todo o documento assim é narrada, como um empreendimento impossível a ser vencido e, com frequência, chamado de “nossa derrota” com a mesma naturalidade de quem diz “a nossa jornada” (ABREU, 2004, p. 196).

De Belém, subiram o rio Mojú até o estreito do “Iguarapé-merim”, que desemboca no rio Tocantins. De lá, seguiram finalmente pelo grande rio Amazonas, chegando no rio Madeira

no dia 2 de fevereiro de 1723. A primeira parada da expedição no curso deste rio se dá numa região que se tornaria muito relevante para o estabelecimento de futuras povoações: a região próxima à sua foz. Foi nesta primeira parada, em terras dos índios *Iumas*, onde se estabeleceram para fazer arraial com o fim de guardar materiais, armamentos, servir de armazém, para a construção de uma igreja e de galeotas³ para a travessia das cachoeiras, impossíveis de serem encaradas por embarcações grandes.

Feitas as ditas galeotas as preparamos de todo o necessario e de quantidade de cabos para as puxarmos pelas cachoeiras; neste tempo se esperava já pelo socorro da cidade [Belém], o qual chegou em 4 de Junho, e havia muito tempo que os miseraveis soldados, indios e inda o Cabo, depois das fructas do matto acabadas, comiam unicamente carne de lagartos, camaleões e capivaras, por não haver outro mantimento, pois não tinhamos outra cousa a que nos tornassemos (ABREU, 2004, p. 195).

Antes que uma expedição subisse o curso do rio Madeira—advinda do Estado do Grão-Pará rumo ao Guaporé-Mamoré—se fazia imprescindível, para diminuir as precariedades da viagem, como vimos nesse excerto, fazer uma parada em algum ponto no começo deste rio. Na região de sua foz, onde habitavam os *Iumas*, estabeleceu-se o ponto de apoio na ida e na volta da bandeira de Francisco de Mello Palheta, onde a expedição fundou o Arraial Santa Cruz de Iriumar, em 1723.

Este arraial, habitado não só pelos *Iumas*, mas rota frequentada pelos *Parintintin*, *Mura* e *Munduruku*, localizava-se nas proximidades de onde seria fundada a Vila de Borba em meados do século XVIII, como medida de ocupação efetiva portuguesa (SILVA, 2014, p. 122). Região estratégica daquele sertão para o apoio às expedições, já contava com uma incipiente ocupação colonial religiosa, sendo o padre português João Sampaio um dos primeiros a atuar como missionário jesuíta na região, nos rios Canumã e Abacaxis, o mesmo que prestou assistência de mantimentos à expedição de Palheta neste ponto do rio (ABREU, 2004, p. 195).

Subindo as corredeiras do rio Madeira, e pouco antes de entrar no Mamoré, o encontro entre a expedição de Francisco Palheta e uma família indígena nos chama a atenção. No dia 7 de julho, a tropa avista uma “trilha nova de gentio”. Logo, Palheta manda sua gente para reconhecer a trilha e ir de encontro com qualquer possível “invasão de índios”. O soldado Vicente Bicudo então foi um dos encarregados de seguir os índios que ali moravam e mandá-los “praticar para que viesse o principal á sua presença”, avisando-lhes que a expedição não tinha o objetivo de fazer mortes, amarrações (provavelmente descimentos ou resgates), nem outro gênero de agravo (ABREU, 2004, p. 199). Passada uma noite inteira sem o soldado retornar, Palheta ordena que se construísse uma picada em forma de trincheira com três guaritas para a proteção do possível encontro com o inimigo. Já no amanhecer,

Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, Indio moço e mui arrogante, e é certo que chegou com mui pouca vontade porque dizem se atracára com um Indio nosso, mas que vendo o nosso poder aplacára da furia, e assim solto o trouxeram á presença do nosso Cabo; accompanhava a este dito Principal, dois mocetões, seus filhos, de pouco mais de 15 a 12 annos e duas Indias, mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam computo de treze cabeças (ABREU, 2004, p. 200)

Palheta fez o possível para achar “um língua”⁴ em sua expedição que pudesse estabelecer

³Barco comprido movido a muitos remos.

⁴Tradutor ou conhecedor das línguas dos povos indígenas ou de língua-geral.

comunicação, pois os tais indígenas demonstravam não ouvir a “prática” dos expedicionários, ao baterem com as mãos nos ouvidos:

Aqui Nossa Senhora do Carmo, que não falta a seus devotos, espiritou ao lingua em falar-lhes em lingua de outro gentio seus conhamenas, logo respondeu o Principal gentio com um agrado ao que lhe propunha o nosso lingua por cuja gíria foi continuando a practica, e sobre e por razão da paz firme e valiosa que com elles pretendiamos fazer, e na mudança de vida para virem ao gremio da igreja, avassalando-se como os mais gentios fizeram (ABREU, 2004, p. 201)

Após a comunicação estabelecida e diante da proposta feita à família para que se avassalasse e se juntassem à expedição, o Principal responde que ficava contente e certo da firmeza da paz entre eles, e que visitaria Palheta na sua província para levar algumas coisas em reconhecimento do bom trato e dos mimos que havia ganhado, porém se recolheria e que a expedição seguisse seu rumo em paz. O cabo, portanto, em muito agradece a paz estabelecida e diz que seguirá caminho, fazendo pazes e descobrimentos, sem fazer escravos, fazendo guerra somente àqueles que quisessem impedir sua jornada (ABREU, 2004, p. 201).

Para os membros da expedição, percebe-se que, naquele momento e longe de ser um ato altruístico, um tratado de paz que rendesse no futuro trocas e comércios com os indígenas naquela rota parecia mais interessante e rentável do que fazer guerras ou escravizá-los, enquanto que, para a família indígena, de semelhante modo, é preferível manter relações futuras amigáveis com os portugueses, do que seguir com eles “avassalados”. Essa relação de negociação é expressa na fonte por meio do termo “prática”. Aqui a palavra “prática”, recorrente neste documento setecentista, é relevante para refletirmos, pois ela nos dá uma ideia bem próxima das relações estabelecidas na realidade dos sertões da época.

As viagens realizadas ao extremo oeste só foram possíveis porque alguns setores, como os bandeirantes e os trabalhadores das monções, especializaram-se profundamente nas práticas do sertão, graças ao intercâmbio cultural com os indígenas (CARVALHO, 2006a). Afinal, a practica entre os indígenas e os expedicionários só pôde ser continuada após o língua encontrar a “gíria”, ou língua adequada, para a comunicação de ambas as partes. Na historiografia das monções, muitas vezes enfatizou-se somente as representações sobre as visões de mundo dos viajantes e a realidade ao seu redor, esquecendo-se das populações que os guiavam: os indígenas, os mareantes, homens livres, mestiços, negros, fronteiriços, trabalhadores empregados nas canoas e os línguas. Estes sujeitos e seus saberes foram centrais para a redefinição das fronteiras, abertura de caminhos e mudança da paisagem amazônica (CHAMBOULEYRON; IBÁÑEZ; SIQUEIRA, 2021).

A presença indígena no relato da expedição de Francisco de Melo Palheta ao rio Madeira é representada na narrativa em momentos decisivos da viagem, inclusive registrando o nome de alguns indígenas. É o caso do Principal José Aranha, que acompanha a expedição sempre ao lado de Palheta e com frequência aparece nos momentos de naufrágios, por desempenhar o trabalho de prático mareante (ABREU, 2004, p. 203). Também o caso de Martinho, índio da tropa, enfermo dos olhos, e que se salva por um milagre de uma das canoas naufragadas. Em outro caso, após dois naufrágios, a expedição chega ao porto do que chamam de gentio Cavaripunna, onde passam dez dias. No local encontram “um Índio de meia idade com dois filhos maiores, duas crianças e a India mãe d’esta familia”. Perguntados se possuíam um Principal, dizem que não, pois viviam desmembrados de sua nação, embrenhados e solitários por medo do cativo que faziam os brancos, mas que sabiam que o Principal Capejú, que vivia na outra banda do rio, desejava há muito tempo fazer comércio com os brancos (ABREU, 2004, p. 203).

Estes fragmentos refletem o quanto a presença indígena era significativa para o bom desempenho da expedição. O estabelecimento de arraiais de apoio, bem como possíveis relações de troca e comércio de gêneros, mantimentos e ferramentas, dependiam na medida do possível da boa relação com os indígenas. Seguindo a dinâmica das relações interculturais necessárias para a travessia dos sertões, a expedição finalmente se aproxima das possessões espanholas no rio Mamoré, e chega a Santa Cruz de Cajuava com o auxílio de “índios espanhóis”:

E sendo a 6 de agosto o sentinella que fazia o quarto da lua falou a uma canoa que vinha rio abaixo com dez Indios Hispanhoes, foi o Cabo em pessoa na sua galeota tomar-lhes o encontro e fallar com elles, e trazendo-os para a praia d’onde estavam se informou o nosso Cabo cabalmente e tomamos um guia para nos levar seguros ao porto da grande povoação de Sancta Cruz de Cajuáva (ABREU, 2004, p. 205).

Em Santa Cruz de Cajuava, a recepção que tiveram os portugueses parece muito acolhedora. Contou com a visita de padres não só deste povoamento, mas de outros arredores que vieram de viagem ao encontro dos visitantes. Todos surpresos com a tamanha proeza dos portugueses, embora sabiam que um dia eles haveriam de subir rios acima até as terras do Vice-Reino do Peru. Em Santa Cruz de La Cerda, povoamento espanhol próximo, que abastecia de mantimentos a região, a expedição portuguesa se surpreende com o nível de organização e governo do lugar: os canaviais fartos, a sacristia com suas portas, tapetes e tronos dourados, os índios tocadores de harpa, órgão e rabecas que cantam missa, também eram pintores e bordadores, “tudo em sua ordem e tão bem matizado” (ABREU, 2004, p. 211).

Em 11 de agosto de 1723, alegando o cabo aos padres que o seu regimento não permitia mais que três dias de hospedagem, a expedição então se despede com abraços, pois já haviam dito muitas vezes que vinham em paz, e mostrando-se agradecidos pela “cortezia, urbanidade e tracto do Cabo, pois tão cabalmente se soube haver com elles” (ABREU, 2004, p. 213). Ao fim, propôs Palheta aos padres publicamente, em nome do governador João da Maia da Gama, finalmente o trato para que os espanhóis não descessem daquele dia em diante o rio Mamoré em direção ao Madeira, por pertencer este ao Rei de Portugal:

E em virtude do tractado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assignalava de hoje por deante não passassem para baixo da bocca dos rios Mamuré e Itennis, nem enteressassem d’ahi para baixo gentilidade alguma, por estes pertencerem ao serenissimo senhor nosso Rei de Portugal, pois desde 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes á coroa de Portugal e 400 leguas da bocca do rio Madeira até o dito marco, como diz o Padre Acuña no seu livro Maranhão [...] e com estas mesmas clausulas fariamos de nossa parte, o que ouvido pelos ditos Padres prometteram cumprir e guardar tudo acima requerido (ABREU, 2004, p. 214).

É perceptível no relato certo antagonismo entre a *urbanidade* das povoações espanholas e as *terribilidades* dos sertões do rio Madeira. No entanto, não podemos reforçar superficialmente aqui este antagonismo típico da literatura das monções de civilização/povoamento *versus* barbárie/sertão, pois os processos ocorridos no sertão e no povoamento se conectam de forma semelhante. Exemplar disso é que os expedicionários se utilizam da mesma estratégia de sobrevivência no espaço do sertão e no de povoamento—e para o sucesso dos seus empreendimentos—que era manter ao máximo uma relação diplomática perante com quem se

negociava, a considerar, certamente, as linhas que foram relatadas, podendo haver exceções de casos que não foram registrados.

A retórica presente no relato desta expedição de caráter oficial portuguesa, contudo, parece se esforçar para transparecer que, diante dos índios nos sertões, e diante dos padres nas povoações espanholas, os oficiais preferem manter uma relação de negociação, digamos, “amigável”, do que por vias de guerras imediatas, situação diferente do que ocorrerá na expedição particular de Félix de Lima, em 1742. Essa estratégia lhes rendeu tanto o aparente sucesso na travessia do sertão e estabelecimento de possíveis relações comerciais com os Principais, quanto no estabelecimento do contrato com os padres espanhóis para que não descessem o rio Madeira. A expedição de Palheta, bem como o trato firmado ao fim com os espanhóis, reforça, portanto, os argumentos de ocupação lusitana do vale, tendo como consequência a elaboração do Alvará régio de 27 de outubro de 1733⁵, que visou interditar a navegação de estrangeiros e aventureiros neste rio, ordem que se manteve pelo menos oficialmente, por duas décadas.

A expedição de Manuel Félix de Lima (1742)

No intervalo de vinte anos, entre a expedição de Francisco de Melo Palheta e a de Manuel Félix de Lima ao rio Madeira, as minas de ouro mato-grossenses alcançaram seu apogeu, entre 1735 a 1739, e o seu declínio a partir da década de 1740. Sem geração de riquezas relevantes, a capitania passou a demandar inúmeras despesas para a Real Fazenda. Por esta razão, os governadores passaram cada vez mais a zelar pelas lealdades negociadas locais, por meio da transferência de parte dos custos de expedições, construção de fortalezas, povoações, para particulares—colonos, práticos, índios e mestiços, e outros sujeitos detentores de saberes fundamentais para a exploração do território—com a promessa de recompensas, cargos e mercês. Esta dinâmica se tornou indispensável nesse momento em que a Coroa possuía poucos recursos para administrar tão vasta região (CARVALHO, 2012). A expedição do comerciante Manuel Félix de Lima, por sua vez, é exemplar disto.

Nascido em Portugal, Manuel Félix de Lima havia tentado a sorte como minerador em Cuiabá. Apesar de ter exercido no arraial alguns cargos honoríficos, nunca enriqueceu, tendo acumulado apenas dívidas e fugas dos seus credores (SOUTHEY, 1862, p. 406). A cada dia mais escasso o ouro, e mais altos os preços de tudo, empreendeu tentar fortuna pelos rios abaixo, acompanhado de outros aventureiros. Entre eles, os *reynoes* Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira da Assumpção e Manoel de Freitas Machado, os paulistas Tristão da Cunha Gago, João Barboza Borba Gato, Matheus Correa Leme, Francisco Leme do Prado e Dionísio Bicudo, e o carioca João dos Santos. Estes bandeirantes, já bem conhecidos dos livros de História do Brasil, e também endividados, não possuíam outra colaboração para a expedição senão índios e negros escravizados. Contaram, portanto, com Manuel Félix de Lima, para arcar com as demais despesas do empreendimento⁶.

A expedição inicia-se pela descida do rio chamado Sarare em direção ao Guaporé, neste ponto de confluência navegável, segundo o relato, existiam as mais remotas e importantes nascentes dos rios Paraguay, Tapajós e o Madeira. Foi pelo Sarare que embarcaram os aventureiros, entregando-se à corrente, na esperança de encontrar ouro (SOUTHEY, 1862, p. 408). Ao décimo dia de viagem, desembarcaram na margem direita, num acampamento recém-montado

⁵AHM, Cota 2/1/1/15. *Alvará proibindo a abertura de picadas e caminhos para as minas da Real Fazenda*, Lisboa, 27 out. 1733.

⁶O relato da expedição de Félix de Lima está presente no livro *História do Brasil* (1862), de Roberto Southey, e fora copiado de dois manuscritos, um de autoria do próprio Manuel Félix de Lima e o outro com depoimentos dos sujeitos que retornaram para o Mato Grosso, de autoria do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira.

por Antonio de Almeida Moraes, que há seis meses também havia saído do Arraial, a fim de explorar minas e escravizar indígenas. Almeida Moraes será o primeiro de muitos que a expedição encontrará pelo caminho, a desencorajar a empreitada de Manuel Félix de Lima, alegando o perigo a que estariam expostos caso descessem aquele rio, se referindo aos povos que nessa rota viviam, “grandes manejadores de lanças, numerosíssimos e mui guerreiros” (SOUTHEY, 1862, p. 408).

Ao contrário da retórica presente no relato da expedição de Palheta, que registrava as relações entre expedicionários, indígenas e missionários de maneira diplomática, provavelmente por ser uma expedição de caráter oficial, o relato da expedição de Manuel Félix de Lima parece não poupar o leitor dos inúmeros conflitos, desentendimentos e violências ocorridas ao longo da viagem. Segundo os conselhos de Almeida, que fora instruído por um velho indígena conhecedor do caminho a respeito da perigosa rota, e passada uma noite inteira de discussões sobre se seguiriam ou não viagem, Manuel Félix decide seguir avante acompanhado de outros aventureiros “que eram também os mais desesperados” (SOUTHEY, 1862, p. 410), decididos a segui-lo até a morte, e acusando de covardia os outros que decidirem voltar para o Arraial, como optaram Tristão da Cunha e Borba Gato.

Em busca de mantimentos, desembarcam na próxima margem esquerda num ponto que parecia habitado, devido à quantidade de ranchos. A partir deste lugar, tornam-se frequentes os registros dos desentendimentos entre a expedição e os indígenas. Em terra, os portugueses entram em uma das habitações encontradas, circular e feita de madeira sustentada por um pilar central, causando a fuga de trinta indígenas que ali viviam, ficando para trás somente

uma mulher com tres crianças sentada n’um banquinho, feito com os dentes d’um peixe, unico instrumento de que se servem estes selvagens. Fez Manoel Felix a demonstração de querer tomar uma das crianças, e a mulher abraçou-se com ella, empurrando outra para o lado d’elle. A criança que a India assim offerencia era um rapazinho de cabello vermelho e côr clara, que se suppoz não seria filho d’ella (SOUTHEY, 1862, p. 411).

Apesar de não estar nítido no relato o porquê de Manuel Félix tentar tomar uma criança para si, é evidente pela ação da mãe e dos demais que fugiram, o rastro de conflitos e desconfianças que deixava a expedição. Sem relatar o desfecho de tal situação, o autor registra apenas que Manuel Félix dá à mãe algumas contas, servindo-se em troca de um cesto de mandubi (amendoim) e de uma rede pequena, reembarcando em seguida. “Meros vagabundos uns, sem caracter nem posses, erão os outros mancebos rudes, sem principios, e enterrados em dividas” (SOUTHEY, 1862, p. 407), assim eram descritos os membros da expedição de Manuel Félix, marcada diferença em relação à bandeira de Francisco de Melo Palheta, liderada por um oficial prestigiado e estratégico nas suas relações. Sobre essa diferença, são frequentes as “falhas” nas relações sociais, registradas no relato da expedição de Félix de Lima, como neste caso, da chegada num lago de jacarés onde desembarcam:

Mal tinhão os exploradores subido a um terreno um tanto elevado quando descobrirão alguns Indios, para amedrontar os quaes dispararão um bacamarte. Não era o melhor meio de entabular relações amigaveis com elles. Fugirão os selvagens por uma vereda que parecia levar a paiz bem povoado, mas um d’elles, de gigantesca estatura, tropeçando ao atravessar uma plantação, cahiu. Dous negros o agarrarão pelos cabellos, antes que podesse erguer-se, e acudindo logo Manoel Felix julgou ver-lhe o peito coberto de sangue (SOUTHEY, 1862, p. 411).

O que parecia sangue era uma espécie de óleo avermelhado feito do urucum com o qual os indígenas se untavam tanto para a defesa dos insetos quanto para tornar escorregadio o corpo, dificultando que o inimigo os capturasse. Tal manobra fez com que Félix de Lima recuasse e desse sinais de amizade ao indígena com a pretensão de com ele fazer trocas de ferramentas. As relações seguiram assim, turbulentas, entre recuos, manobras e avanços de ambas as partes. Manuel Félix de Lima, temeroso, recusava os licores fermentados de milho dos indígenas, ao passo que só avançava viagem caso deixasse navalhas e outras armas com os mesmos para evitar ataques (SOUTHEY, 1862, p. 411).

Passados os dias ao longo dos labirintos de rios, chegam ao Guaporé com o auxílio de alguns índios cristãos. Avisados que próximo dali localizava-se a redução de São Miguel, Manuel Félix envia adiante uma carta de cumprimentos a ser entregue ao missionário desta povoação, avisando quem eram eles, de onde vinham e solicitando hospedagem (SOUTHEY, 1862, p. 419). Ao avistarem de longe o porto da povoação e uma grande multidão à espera dos estrangeiros, de tal maneira que cobriam de gente as árvores, Manuel Félix de Lima foi tomado de receio pelo perigo, tanto da reação dos jesuítas quanto dos indígenas, a considerar o histórico que tinham os paulistas. Correndo o risco de vida,

Vestiu-se pois para a ocasião, a fim de fazer a melhor figura que as circunstâncias permitissem: passados dezasseis annos, achando-se em extrema pobreza, descrevia Manoel Felix com evidente orgulho o brilhantes atavio em que n'aquelle dia se apresentou. Compunha-se esse traje d'uma camiza de folhos, meias de seda escarlates, calções de panno verde fino, [...] Assim equipado metteu-se n'uma canoinha com dous negros, armados de mosquetes, facas de ponta e pistolas. Ia elle mesmo de pé na canoa com uma bengala de canna da India na mão (SOUTHEY, 1862, p. 420).

Mal desembarcou e, certamente, para a surpresa do capitão da expedição, foi rodeado por senhores “vestidos de gala” que o receberam ajoelhando-se para pedir-lhe a benção “como se fôra o bispo”. Convidados para conhecer a missão, se depararam com índios abrindo alas para a expedição, gados e mulas pastando nas ruas, belas casas rebocadas de tabatinga e uma igreja com três sinos e cinco cruzes no terreiro. Vieram, por fim, ao encontro de Félix de Lima os alcaides da missão e novamente o jesuíta, de origem alemã, que o recebera no porto. Chamado Gaspar de Prado pelos espanhóis, vinha pedir para que fossem à sua casa a fim de conversarem (SOUTHEY, 1862, p. 421).

Ao saberem que vinham do Mato Grosso, ficaram espantados não só os missionários, mas também os índios, que supunham não haver, rio acima, outras povoações coloniais que não fossem de indígenas. São Miguel, situada sobre o rio Baure e próxima ao Guaporé, pertencia às missões de *Moxos*, entre as quais era a mais recente. Era composta pela nação *Mura*, em diferentes graus, segundo o relato, de “civilização”, que viviam espalhados pelo rio Madeira até o Amazonas e constantemente ameaçavam a autoridade dos missionários.

No caso da missão de São Miguel, situada mais próxima das possessões portuguesas, onde afirmavam viver os indígenas mais ameaçadores que constantemente atacavam as povoações mais próximas ao Grão-Pará, é perceptível o agrado que a presença portuguesa causou nos missionários desta redução, agrado expresso nas boas vindas aqui descritas, bem como durante uma situação curiosa ocorrida numa missa promovida para os estrangeiros. A pedido do padre, Manuel Félix de Lima e seus homens soltam três salvas de tiros para o alto, o que parecia uma simples celebração, “poz isto os Indios em tremaras e suores frios, corroborando a impressão que o Jesuita quizera produzir” (SOUTHEY, 1862, p. 425).

Isto representa que a visita portuguesa à redução espanhola de São Miguel é explicitamente encarada como uma possibilidade de proteção e troca de favores, impressão que os missionários tentaram passar durante a missa, como uma espécie de aviso aos indígenas presentes. Ressaltamos aqui a palavra “impressão” em “a impressão que o Jesuita quizer produzir” presente na fonte, pois sugerimos ser importante para a análise dos diversos sujeitos e suas estratégias no movimento das monções. Manuel Félix de Lima, por exemplo, depois de 16 anos de pobreza, veste-se com sua melhor roupa para dar impressão de certa nobreza na chegada a São Miguel. Assim, os missionários de São Miguel, uma redução ameaçada pelos *Mura*, com uma salva de tiros, produz a impressão de poder ou aliança com quem possui poder bélico. No entanto, a impressão—e aqui ressalto a impressão de poder—é produzida de acordo com a situação e o contexto a que o sujeito está inserido. Isso, por sua vez, é uma tentativa de analisar, na medida do possível, os sujeitos, seus interesses e relações em seus próprios termos e interpretações da realidade.

Esse olhar nos ajudará a compreender as dinâmicas sociais durante as monções no século XVIII, momento conhecido pelos conflitos fronteiriços, de uma maneira mais aprofundada e que fuja da dicotomia espanhóis *versus* portugueses, não a desconsiderando, mas indo além dela como única via. Neste sentido, a redução espanhola de São Miguel, administrada por um padre alemão, recém-criada, distante dos centros coloniais espanhóis e diante dos ataques indígenas, prefere negociar lealdades com os portugueses, por parecer o único recurso disponível no momento. Situação diferente ocorrerá na redução Santa Maria Magdalena.

A redução de Santa Maria Magdalena, localizada a dez dias de São Miguel e administrada pelo padre húngaro Frei Joseph Reiter, era ligada à província espanhola de Moxos e Chiquitos (SOUTHEY, 1862, p. 426). Redução mais organizada que a primeira, apesar de também sofrer com ataques de indígenas não aldeados, contava com o apoio de outros que antes da conversão haviam sido caciques, mas que naquele momento ocupavam o posto de alcaides (SOUTHEY, 1862, p. 431). As casas organizavam-se em ruas regulares, com quintais e currais, contendo oficinas de tecelões, carpinteiros, escultores e numerosas plantações de bananas, mamões, algodão e gado em formação.

O estado da redução deixa os portugueses um tanto mortificados, diante da igreja, os altares, as trombetas feitas de cana, e as cortinas de tecido vindas de Potosí e de Lima que causavam grande efeito, bem como os índios escultores de pássaros dourados que enfeitavam o púlpito. Na mesa de jantar farta dos jesuítas, galinhas, carnes, línguas de vaca, bolos de milho, açúcar e leite (SOUTHEY, 1862, p. 426) eram oferecidos aos aventureiros portugueses acostumados às faltas de mantimentos da Capitania do Mato Grosso, onde muitas vezes o ouro havia sido abundante, enquanto a “manutenção”⁷ escassa e o regime de trabalho difícil levava à fome e à miséria (SOUTHEY, 1862, p. 404).

O nível de organização de Santa Maria Magdalena é descrito no relato sob o título “Ostenta jesuíta a sua força”. Isto é, as representações de um espaço espanhol cristão, próspero e organizado, apresentado não só aos leitores, mas aos membros da expedição portuguesa, configura-se numa tentativa explícita de demonstração da força espanhola e jesuítica de Santa Maria Magdalena. O contrário havia ocorrido em São Miguel, onde os jesuítas fizeram questão de se aliar—ou passar a impressão de aliança—com os portugueses, provavelmente para se protegerem da ameaça *Mura*, desejando inclusive que um dia estes retornassem à missão. Vejamos como foi representada a visão dos jesuítas de Santa Maria Magdalena a respeito da visita dos portugueses:

Apesar de terem sido tão bem recebidos os Portuguezes, que segundo a sua

⁷O que é necessário para o sustento de alguém: alimento ou mantimento.

propria relação, maiores honras se não podião haver feito a um príncipe [...] não desejavão os Jesuitas de S. Maria Magdalena a repetição de taes visitas, parecendo-lhes conveniente para evital-a fazer uma demonstração da sua força (SOUTHEY, 1862, p. 431).

A visita que parecia amigável em pouco tempo se desfaz em desconfianças. Na manhã seguinte, após a missa e a pedido dos missionários, uma tropa de oitenta cavaleiros faz um exercício na praça em frente à igreja, acompanhados de um grande número de índios flecheiros pintados para a guerra, como num espetáculo de demonstração de força bélica (SOUTHEY, 1862, p. 432). As ameaças indiretas, portanto, não cessavam:

Perguntou um dos Jesuitas a Manoel Felix o que d'estes Indios pensava, acrescentando poderem os missionarios pôr em campo quarenta mil d'aquelles frecheiros. Compreendendo perfeitamente aonde o padre queria chegar, fallou Manoel Felix em resposta no effeito das peças de campanha sobre semelhantes tropas, e o astuto Jesuita desviou a conversa, gabando o denodo militar dos Portuguezes (SOUTHEY, 1862, p. 433).

Manuel Félix de Lima, sem poder permanecer mais tempo em Santa Maria Magdalena, parte pelo rio Mamoré até alcançar o Madeira. Por este último rio empreende uma árdua descida enfrentando a fome, as cachoeiras, os pântanos movediços e os Mura. Neste tópico, não enfocamos a experiência de Félix de Lima especificamente no rio Madeira, pois suas experiências e conflitos no trecho Mamoré-Guaporé influenciaram com mais intensidade na conjuntura geopolítica entre espanhóis e portugueses em relação ao complexo todo do Madeira-Mamoré-Guaporé, afinal, a sua “descoberta” do conjunto de rotas labirínticas que ligavam esses três rios acabou demonstrando na prática a possibilidade de estabelecer-se uma comunicação por água entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (SOUTHEY, 1862, p. 446).

Não faltara a Manuel Félix de Lima, entretanto, a sagacidade para perceber que as informações colhidas nas missões espanholas e sobre a rota encontrada poderiam ser de alguma importância política, pois espanhóis e portugueses se aproximavam cada vez mais uns dos outros, e suscitariam mais cedo ou mais tarde questão sobre o direito de ocupação. Dessa forma, com tais informações colhidas na viagem a respeito daquele sertão, Félix de Lima e seus companheiros pretendiam fazer grande fortuna ao voltarem para as capitânicas portuguesas (SOUTHEY, 1862, p. 446).

Com a ideia em mente, alguns de seus companheiros retornam ao Mato Grosso, enquanto Manuel Félix de Lima decide seguir até ao Grão-Pará. Segundo o relato da expedição, menos feliz foi Manuel. Depois que chegou ao Pará partiu para Lisboa, com “exaggeradas ideias do serviço que prestara, e na inteira esperança de brilhantes recompensas” (SOUTHEY, 1862, p. 446). Questionado a respeito de suas descobertas, diz aos ministros portugueses que na foz do Mamoré, sobre a margem direita, deveria ser construído um forte, fundando-se ali uma povoação portuguesa, outra na embocadura do rio Ubay, próxima de Santa Maria Magdalena, e a terceira no rio próximo à povoação de São Miguel. No mais, foi contrariado pelos ministros portugueses, afinal suas solicitações poderiam ser encaradas como atos de agressão contra a Coroa espanhola, sendo oferecido a ele apenas uma recompensa que cobria as despesas da expedição. Mas, ao insistir na ideia contrária por tempos, segundo o relato, Manuel Félix de Lima “continuou a seguir a côrte como miseravel pretendente, até que, despendida toda a sua fazenda, viu-se reduzido a extrema pobreza e desgraça” (SOUTHEY, 1862, p. 447).

Considerações finais

A ocupação colonial portuguesa na região amazônica não foi efeito somente das necessidades e esforços metropolitanos, mas também das instituições coloniais, e, em grande medida, das práticas dos sujeitos que vivenciavam cotidianamente os sertões. No movimento das monções ao rio Madeira, fronteira entre os domínios ibéricos, as expedições do sargento-mor Francisco de Melo Palheta, de 1722, e a do comerciante Manuel Félix de Lima, de 1742, contribuíram para a criação das bases argumentativas que defendiam a ocupação lusa da região, ao informarem à Coroa da importância desta rota hidrográfica para a comunicação entre duas capitanias portuguesas promissoras, o Grão-Pará e o Mato Grosso.

Neste sentido, há três resultados para a análise feita dos relatos das duas expedições. O primeiro resultado é que, apesar de ambas as expedições contribuírem para a ocupação portuguesa, ajudando a anular de certa forma o Tratado de Tordesilhas (1494) e criando as bases argumentativas para o que viria a ser o Tratado de Madri (1750), isso ocorre de forma diferente em cada uma das situações. Enquanto a primeira, a partir da sua experiência, como solução para o problema da fragilidade da presença lusa na região, propõe a interdição da navegação do rio Madeira, temendo o contrabando de ouro e o avanço espanhol, a segunda, ao contrário, propõe justamente a abertura da navegação neste rio, com o fim de incentivar as relações comerciais entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, demarcando o território em favor da Coroa portuguesa, sugerindo inclusive a construção de um forte de proteção próximo à fronteira espanhola, o que não ocorre de imediato, e sim futuramente.

O segundo resultado permeia todas as representações de ambas as expedições: a presença de sujeitos indígenas, negros e dos trabalhadores empregados nas monções e nas missões ao longo do rio Madeira moldam cotidianamente os rumos da viagem, bem como a paisagem dos sertões, e sobretudo das povoações, espaços vivos, dinâmicos e imprevisíveis. É perceptível, portanto, que, em grande parte das vezes, os indígenas, sobretudo dos caminhos distantes dos centros coloniais, são os que mais moldam os fluxos de recuo e avanço das viagens e negociações. Por último, percebemos que, para além das recorrentes dicotomias entre espanhóis *versus* portugueses nas fronteiras coloniais, no espaço entre estas duas Coroas há uma série de intermediários, como padres alemães e húngaros, povos indígenas e luso-brasileiros, que na prática das relações podem fazer lados opostos tanto colaborarem quanto disputarem interesses.

Referências

- ABREU, J. C. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- ARAÚJO, A. N. Rumo aos ventos do Oeste: o rio da madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639–1723). In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 4., 2014, Belém. *Anais*. Organização: Rafael Chambouleyron e Karl-Heinz Arenz. Belém: Editora Açai, 2014. v. 8.
- CARVALHO, F. A. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, F. A. Os práticos do sertão: interculturalidade e experiência na vida cotidiana dos trabalhadores nas canoas monçoeiras (século XVIII). **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 207–230, 2006a.

_____. **Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções**, século XVIII. 2006b. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CHAMBOULEYRON, R.; IBÁÑEZ, B. P.; SIQUEIRA, M. V. Vastidão dos gentios bárbaros: caminhos e fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680–1700). **Revista Almanack**, Guarulhos, n. 27, p. 1–48, 2021.

COELHO, M. C. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751–1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FORTE, V. L. **O ponto de vista nortista: Capistrano de Abreu e a constituição do campo intelectual cearense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PAINTER, J. Territory-network. In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS ANNUAL MEETING, Chicago.

POMPEU, A. J. S. **Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1638–1706)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

REIS, A. C. F. O deslocamento da fronteira. **SECULT**, Belém, v. 2, n. 2, 1993.

SILVA, C. G. P. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica—Revista de Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 110–139, 2014.

SIQUEIRA, V. M. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do maranhão e piauí (primeira metade do século XVIII)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUTHEY, R. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em 24 set. 2021

Aprovado em 2 out. 2021